

Suspensa a greve, a luta contra a reforma da Previdência continua

Iniciamos nossa greve sob uma conjuntura bastante adversa. Estamos diante de uma proposta de (contra) reforma da Previdência (PEC 40B/03) patrocinada por um governo que acaba de se eleger com apoio e voto de muitos de nós. Havia a esperança de que ele revertesse a agenda político-econômica anti-social do governo Fernando Henrique Cardoso, submissa aos interesses predatórios do capital financeiro. Difícil, portanto, assimilar que o governo cujo partido por três vezes nos ajudou a barrar tal reforma, agora a patrocine.

No centro dela uma ação impensável para o PT, histórico defensor dos serviços públicos essenciais e dos direitos sociais: a redução dos direitos previdenciários dos servidores, deslocando os recursos correspondentes para fundos de pensão, que neles encontram uma rota para o mercado de capitais.

A apatia, a incredulidade ou o choque de indignação são elementos fortes neste contexto. Uma série de ações ajudaram a romper com este ambiente. O Ato dos Intelectuais Contra a Reforma da Previdência, promovido pelo Fórum das Seis aqui na USP, teve grande repercussão, especialmente pela publicação de sua síntese. A *Revista AduSP* e uma série de outras publicações nossas e de outras entidades denunciaram a falácia do propalado déficit na Previdência e as consequências nefastas que os fundos de pensão têm portado à seguridade de trabalhadores e à economia de países.

Protestos

Contra a PEC 40 mais de 30 mil servidores marcharam para Brasília em 11/6, em 8/7 o funcionalismo federal iniciou a maior greve de sua história e em 6/8 mais de 60 mil servidores voltaram a protestar no planalto central. Pressionado pelo movimento, pelo protesto dos juízes e pela sua própria base partidária, o governo recuou em alguns pontos, mas ainda mantém a espinha dorsal da contra-reforma.

A greve na USP começou em 11/8, logo depois de o governo ter conseguido vencer o primeiro turno de votação da PEC 40B na Câmara dos Deputados. Ele quer nos fazer crer que o processo está encerrado. Mas não! Há uma série de etapas a serem cumpridas ainda. E a greve na USP, Unicamp e Unesp veio a reforçar o movimento geral dos servidores públicos.

Ocupamos grande espaço na *Folha* e no *Estadão*, dois dos principais jornais do país, nas rádios Eldorado, Bandeirantes, CBN e Jovem Pan, nas tevês Cultura e Record. Conseguimos maior espaço na mídia para debater publicamente a questão da Previdência, o que dificilmente ocorreria em este movimento. Na última segunda-feira realizamos importante debate com o deputado Ivan Valente e o senador Eduardo Suplicy, avançando nossa intervenção tanto na votação do segundo turno na Câmara, quanto preparando os possíveis desdobramentos no Senado.



Daniel Garcia

Na assembléia de 21/8, a maioria dos docentes votou pela suspensão da greve

Debate interno

A greve também impulsionou o debate interno na universidade, fazendo com que a comunidade docente, discente e de funcionários esteja agora muito mais consciente dos graves problemas que a PEC 40B/03 (e o desconto de 5% que o governo Alekmin oportunisticamente aproveitou para instituir) poderá trazer às nossas condições de vida e ao futuro dos serviços públicos e das universidades em particular. Deixamos clara nossa posição contrária a esta proposta de reforma.

Nossa assembléia desta quinta-feira decidiu suspender a greve em um momento em que estão fortes o entusiasmo e a determinação de prosseguir as pressões contra a PEC 40B/03. Dependendo do sucesso de

nossas ações a sua tramitação poderá se arrastar por muitas semanas, compreendendo o segundo turno na Câmara e a passagem por comissões e votações no Senado que poderão, inclusive, interromper sua tramitação

ou fazer com que retorne à Câmara.

A sua incorporação às ações e mobilizações propostas pela Assembléia será fundamental para que este nosso movimento seja bem sucedido. Participe!

Atividades previstas

- 1) Continuar a batalha de mudar o voto de pelo menos 51 deputados;
- 2) Reunião do Conselho de Representantes no dia 26/8 (terça-feira)
- 3) Vigília no dia da votação da PEC 40B em 2º turno, na Câmara
- 4) Caso ocorra a aprovação em 2º turno, paralisação nos dias em que ocorrer a votação no Senado
- 5) Ato de intelectuais em Brasília
- 6) Assembléia no dia 28/8 (quinta-feira)

A PEC 40B/03 ameaça a carreira docente

O texto da PEC 40B/03 aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados indica problemas sérios para a carreira docente e para os servidores públicos em geral.

1. Em todo o texto da PEC só são mencionados “servidores titulares de cargo efetivo”. Assim, a situação dos servidores em contratos precários fica à margem dessa regulamentação constitucional, com seus direitos seriamente ameaçados. Há muitos anos a Adusp luta para que só sejam realizados concursos públicos na USP. Isto diminuiria, dentre outros, os possíveis efeitos maléficos desta reforma nas suas vidas. Está claro que o colega que prestar concurso público após a publicação dessa emenda ficará sujeito às novas regras, entre elas, a uma aposentadoria limitada ao teto de R\$ 2.400 e fundos de pensão de *contribuição* indefinida, mas *sem definição de benefícios*... Neste caso poderemos ter uma situação de enorme injustiça: pessoas com mesmo tempo de serviço na universidade, mas com proventos de aposentadoria drasticamente diferentes.

2. O teto estipulado para os servidores no poder exe-

cutivo, inclusive fundações e autarquias, é o salário do governador. O absurdo é claro: além de ser o próprio governador que determina o seu salário, um teto deve ter como base uma carreira pública e não a remuneração de um cargo eletivo, qualquer que seja. Segundo informação do Reitor na reunião do dia 13/8, o salário mensal do governador de São Paulo é de R\$ 8.000. É bom registrar que, em Minas Gerais, Aécio Neves já tomou a providência de reduzir o seu salário...

3. Para os atuais titulares de cargo efetivo, o Art 7º da PEC 40B/03 estipula que a aposentadoria se dará, cumpridas certas regras de tempo e idade, com a remuneração do cargo efetivo do qual é titular. Isto abre a possibilidade de que um professor associado — que é função e não cargo — tenha que aposentar-se com o salário de doutor, que é o cargo efetivo do qual é titular. Em situação análoga encontra-se parte ponderável dos nossos colegas nas universidades federais, cuja carreira permite uma “progressão horizontal” que contempla um acréscimo

salarial de 5% entre os diferentes estágios.

Questão parecida se dá com o concurso para professor titular. Ao ser promovida a titular, a pessoa tem que pedir demissão do cargo que ocupava, para assumir o novo cargo público. É lícito questionar: o que acontecerá com as pessoas que prestarem concurso público para professor titular após a publicação dessa Emenda? Também sofrerão a mesma perda de direitos que os novos servidores públicos?

Além disso, pode estar ameaçada a inclusão de gratificações aos proventos de aposentadoria, o que seria gravíssimo para os servidores no setor da Saúde (a maior parte do que tais servidores levam para casa é constituído de gratificações) e também para os nossos colegas das universidades federais (GAE, GED etc. constituem parcela significativa do que ganham).

4. É importante registrar a diferença entre a “aposentadoria integral” dos atuais servidores titulares de cargo efetivo e a daqueles que já têm tempo de aposentadoria. O pará-

Processo Seletivo, nunca mais... (reunião com Reitor no dia 1º/9)

Está agendada para as 15 horas do próximo dia 1/9 uma reunião entre a diretoria da Adusp e o Reitor para tratar de concursos públicos na USP. A diretoria da Adusp apresentará dois ofícios ao Reitor. O primeiro registrará uma das reivindicações históricas da Adusp, a de que a admissão na USP seja feita apenas por concursos públicos, terminando com os processos seletivos. O segundo ofício proporá uma mudança regimental de modo que os concursos

públicos passem a ser classificatórios, isto é, dentro do prazo de validade, na medida em que o primeiro dentre os aprovados não puder assumir o cargo, seja possível convocar o segundo colocado e assim por diante.

Em reunião realizada no dia 13/8 com o CR da Adusp, o reitor declarou-se favorável a ambas as medidas. Além disso, comprometeu-se a levar estas propostas para discussão na próxima sessão do CO, a ser realizada no início de novembro.

grafo único do Art 7º da PEC omite a referência aos “benefícios e vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função”, constante do Art 8º dessa PEC, que trata dos servidores titulares de cargo efetivo que já têm tempo para aposentar-se.

Na reunião do CR do dia 26/8 e na Assembléia da Adusp marcada para o dia 28/8 discutiremos estas questões e os encaminhamentos futuros da nossa luta contra este projeto de “reforma da Previdência”, que ameaça destruir os serviços públicos para garantir um grande aporte de recursos públicos ao sistema financeiro.

RECURSO ACATADO

CO não aceita substituição de professores por alunos

O Conselho Universitário reunido em 19/8/03 aprovou recurso de um grupo de professores do IME sobre o não cumprimento de carga didática por parte de alguns docentes do Departamento de Estatística. O recurso foi interposto em meados de 2001 e, após uma longa tramitação na Consultoria Jurídica, recebeu um eloquente parecer favorável na CLR em junho passado.

Os proponentes do recur-

so não aceitaram que alguns docentes desse departamento utilizassem alunos para substituí-los em parte de sua carga horária didática regular. Isso se deu no segundo semestre de 2000, em um curso básico de Estatística ministrado para diversas unidades da USP. A íntegra do parecer citado pode ser acessada em www.adusp.org.br. Essa decisão do CO, com 71 votos a favor e apenas 1 contra, certamente é um incentivo

para que se amplie a discussão sobre os limites e a adequação no uso de alunos de pós-graduação em atividades de ensino na USP. “O Conselho Universitário da USP, apoiando a manifestação pública dos três Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, vem a público manifestar sua profunda preocupação com a possibilidade de aprovação da reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional.

Debate sobre a reforma da Previdência

25 de agosto, segunda-feira,
FFLCH/Filosofia, sala 111

16h - Francisco Miraglia e Rosa Maria Marques

20h30 - Américo Kerr e Francisco de Oliveira

Organização: Centro Acadêmico da Filosofia

CO manifesta-se contra a reforma da Previdência

Reunido em 19/8, o CO aprovou resolução manifestando “profunda preocupação” com a possibilidade de aprovação da PEC 40B, a qual, no entender do colegiado, “mescla a incerteza com a frustração” e pode levar “à inevitável mutilação dos quadros universitários mais bem preparados e à diminuição da capacidade de atrair novos e qualificados profissionais para as atividades docentes e de investigação científica”. A seguir, a íntegra da manifestação do CO:

“O Conselho Universitário da USP, apoiando a manifestação pública dos três Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, vem a público manifestar sua profunda preocupação com a possibilidade de aprovação da reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional.

O projeto em pauta, do modo como está delineado, compromete seriamente a qualidade do serviço público, a formação de recursos humanos e o desenvolvimento social.



Especialmente grave é o fato de que o sistema nacional de ensino superior, patrimônio da sociedade brasileira, vê-se ameaçado no momento em que o país

clama por um modelo de desenvolvimento autóctone no qual a Universidade Pública deveria ter papel estratégico pela sua responsabilidade na criação e disseminação do conhecimento.

A proposta em tramitação mescla a incerteza com a frustração produzindo um estado de espírito que leva à inevitável mutilação dos quadros universitários mais bem preparados e à diminuição da capacidade de atrair novos e qualificados profissionais para as atividades docentes e de investigação científica.

O Conselho Universitário conclama parlamentares e dirigentes a rever a atual proposta, corrigindo as distorções que põem em risco o futuro do Brasil. A manutenção da presença do Estado nas atividades que, indistintamente, servem à população depende do grau de responsabilidade do Parlamento Brasileiro. O artifício de vilipendiar os servidores públicos, particularmente os professores universitários, já provocou danos irreparáveis à Cultura, à Ciência, à Tecnologia e à Educação.”

TRAMITAÇÃO DA PEC-40B/03

Cronograma e procedimentos previsto pelo governo

Na Câmara dos Deputados

- Votação em 2º turno

Previsão: 27/8, quarta-feira, dependendo de completar as cinco sessões ordinárias previstas entre os dois turnos.

Se a emenda não alcançar os 308 votos necessários para a aprovação, ela sai de pauta e o governo só poderá apresentar novo projeto de igual teor um ano depois.

Caso alcance o número de votos necessário, a PEC 40B passa ao Senado.

No Senado Federal

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)

Prazo máximo: um mês.

Observações

- Tradicionalmente, a CCJC tem utilizado o prazo máximo; o regimento não define prazo mínimo;
- O Senado também vota em dois turnos, com cinco sessões entre os dois;
- Se não houver mudança no Senado a PEC-40/03 pode ir direto para a sanção do Presidente da República.

Apelo a Suplicy

Durante debate realizado no dia 18/8 no Instituto Oceanográfico, a professora Lisete Arelaro dirigiu ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) um apelo no sentido de que vote contra a PEC 40B, caso ela chegue ao Senado. Por erro, a manifestação da professora deixou de ser publicada no Boletim Adusp de 19/8, que noticiou aquele debate. Assim, reproduzimos aqui as suas palavras:

“Senador Suplicy, são pelo menos 20 anos que em toda situação difícil a gente tem que apelar para você. Então esta, na verdade, não é uma pergunta: é um apelo. Nós petistas estamos num estado de estupefação. Teses que nós defendemos historicamente de repente são consideradas equívocos.

O meu apelo é para que o senhor se junte aos oito e forme muitos ‘oitos’ no Senado no sentido de votar contra a reforma da Previdência. Nós temos clareza (e o senhor já expôs isso, na sua manifestação de solidariedade à senadora Heloisa Helena) do seguinte: se o

senador Suplicy se abster ou votar contra o projeto de reforma da Previdência, consegue retirar da pauta essa discussão incômoda de punição aos companheiros, porque ninguém no partido terá coragem de dizer que Eduardo Suplicy traiu os princípios do PT.

Vou lembrar uma situação difícil, tão difícil quanto essa. Em 1992, quando o senhor era candidato a prefeito da capital (e infelizmente não ganhou a eleição), tivemos o assassinato dos 111. E me lembro de que companheiros do partido e os Dudas Mendonça da ocasião lhe sugeriram, quase apelaram, que o senhor não comparecesse ao presídio.

Porque pesquisas indicavam que havia um certo aval popular de que ‘bandido deve ser morto’. E o senhor, na condição de candidato, não ficava bem, não era prudente, chegar, como sempre faz nessas ocasiões, em primeiro lugar, para ser solidário. Eu me lembro de ter ouvido do senhor a resposta serena e tranqüila: “Se eu tiver que trair meus princípios

e a minha coerência para ganhar uma eleição, eu prefiro perder de pé, mas poder olhar nos olhos os meus semelhantes”.

Senador, infelizmente, nós estamos vivendo um assassinato do Estado e da universidade pública, em que nós temos poucos interlocutores, e quando defendemos nossas teses somos considerados corporativistas. Sabemos que seu comportamento é altivo, coerente e até teimoso. E portanto este é um apelo para que o senhor pegue essa causa como a questão da renda mínima — em que o senhor sai de cidade em cidade levando sua mensagem — e faça exatamente dessa discussão, em defesa do Estado brasileiro, sua nova missão. Nós precisamos do senhor, senador!”

O senador assumiu o compromisso de abrir espaço para entidades de servidores, em particular a Adusp, nas audiências públicas que o Senado vier a fazer, caso a PEC 40B não seja derrubada na Câmara no segundo turno de votação.

Passeata e ato em Brasília

A USP, em greve, esteve presente no significativo ato de protesto e alerta aos deputados federais, ocorrido na terça-feira, 19/8, deixando clara a sua oposição a este projeto de (contra)reforma da Previdência, que desmonta a possibilidade de intervenção organizada do Estado em prol de uma sociedade mais igualitária.

A manifestação, que reuniu mais de 20 mil pessoas, tinha como objetivo principal sensibilizar os deputados federais a não aprovarem a PEC 40B no segundo turno de votação na Câmara Federal, previsto para os próximos dias.

Grandes protestos

Esta passeata foi a terceira de uma série de grandes protestos em Brasília, organizados pelos servidores públicos.

O ato de 19/8 incluiu várias delegações de funcionários estaduais e também municipais, em especial do setor educacional.

Estavam presentes, além da USP, a Unicamp e a Unesp, representadas por docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos. Seções sindicais do Andes trouxeram docentes de todos os Estados brasileiros, do Pará ao Rio Grande do Sul.



51 – uma boa idéia

Uma boa idéia fez sucesso na última assembléia da Adusp: foram distribuídos papel de carta, envelopes e, o mais importante, o endereço dos 46 deputados federais por São Paulo que votaram SIM à PEC-40, ou seja, ao desastroso projeto de reforma da Previdência do governo.

Mais da metade dos 85 colegas presentes à assembléia tomou a caneta e mandou uma mensagem bem pessoal a algum deputado, freqüentemente aquele em quem havia votado na última eleição ou em eleições passadas. Assim, se algum dos obedientes representantes da população no Planalto quiser novamente refugiar-se atrás de meias-verdades e argumentos falaciosos, te-

rá dificuldades adicionais para continuar afirmando os supostos efeitos benéficos desta (contra)-reforma, encomendada por quem nenhuma ligação tem com os verdadeiros interesses nacionais.

Quem sabe, arregimentando contribuições de todos os estados convençamos os 51 deputados necessários para fazer prevalecer o NÃO a esta reforma, abrindo a possibilidade de discussão e aprovação de uma proposta mais condizente com as necessidades da sociedade.

Quem não participou ainda: mãos à obra! Endereços eletrônicos e postais encontram-se no site da Adusp.

Lembrem-se: o segundo turno de votação na Câmara está previsto para o dia 27 de agosto.

Reunião do CR

26/8 (terça) às 11 horas

* local: sede da Adusp

Assembléia geral

28/8 (quinta) às 17 horas *

local: a confirmar

PARTICIPE! Esta luta também é sua!